

O problema do lixo e a História Ambiental Urbana: Políticas Públicas para Resíduos Sólidos em Porto Alegre/RS (séculos XIX e XX)

Esther Mayara Zamboni Rossi¹

Resumo: Este estudo explora a relação entre a urbanização de Porto Alegre, o manejo de resíduos e a transformação do ambiente urbano. O problema de pesquisa gira em torno de como as mudanças sociais e econômicas entre os séculos XIX e XX, impulsionadas pelo ideal republicano e pela expansão industrial, influenciaram a gestão de lixo e o planejamento urbano, exacerbando a segregação espacial. O objetivo é compreender como o crescimento desordenado e as políticas públicas influenciaram o desenvolvimento socioespacial e ambiental da cidade. A metodologia adotada baseia-se em uma revisão histórica e análise bibliográfica, incluindo relatos de viajantes e legislações municipais. Os principais resultados revelam que o manejo do lixo e as transformações urbanas contribuíram para o surgimento de uma cidade segregada, onde a desigualdade no acesso a serviços essenciais reflete a fragmentação social e espacial.

Palavras-chave: História Ambiental Urbana; Resíduos Sólidos; Políticas Públicas.

¹ Doutora em História, pela da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGH/UFSC). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8208906145125775> Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5373-7976> E-mail: estherzrossi@gmail.com

The problem of garbage and Urban Environmental History: Public Policies for Solid Waste in Porto Alegre/RS (19th and 20th centuries)

Abstract: This study explores the relationship between urbanization in Porto Alegre, waste management, and the transformation of the urban environment. The research problem centers on how social and economic changes in the 19th and 20th centuries, driven by republican ideals and industrial expansion, influenced waste management and urban planning, exacerbating spatial segregation. The objective is to understand how uncontrolled growth and public policies impacted the city's socio-spatial and environmental development. The methodology includes a historical review and bibliographical analysis, encompassing travelers' accounts and municipal legislation. The main findings reveal that waste management and urban transformations contributed to the emergence of a segregated city, where inequality in access to essential services reflects social and spatial fragmentation.

Keywords: Urban Environmental History; Solid Waste; Public Policies

Introdução

Este artigo busca explorar a relação entre o desenvolvimento urbano de Porto Alegre e a gestão de resíduos sólidos, inserindo-se no campo da História Ambiental Urbana. A partir do século XIX, a cidade passou por transformações significativas, impulsionadas pela industrialização, pelo crescimento populacional e pelos ideais republicanos. Essas mudanças não apenas alteraram a paisagem urbana, mas também trouxeram desafios complexos relacionados ao saneamento básico e à gestão do lixo. O objetivo deste estudo é analisar como as políticas públicas de resíduos sólidos, implementadas entre os séculos XIX e XX, refletiram e influenciaram as dinâmicas socioespaciais e ambientais da cidade. A partir de uma revisão histórica e bibliográfica, o artigo problematiza a relação entre urbanização, segregação espacial e degradação ambiental, destacando como o manejo do lixo se tornou um elemento central na configuração das desigualdades urbanas.

O desenvolvimento urbano de Porto Alegre está intimamente ligado ao lago Guaíba, que ao longo dos séculos XVIII a XX, desempenhou um papel crucial tanto na formação da cidade quanto em seu progresso econômico e social.

Contexto Histórico: Urbanização e Industrialização em Porto Alegre (séculos XIX e XX)

A urbanização de Porto Alegre no final do século XIX e início do XX foi marcada por um crescimento acelerado, impulsionado pela industrialização e pela migração em massa da zona rural para a cidade. Nesse período, a cidade passou por profundas transformações, tanto em sua estrutura física quanto em suas dinâmicas sociais. O ideal republicano, aliado ao positivismo gaúcho, trouxe consigo a necessidade de modernização e embelezamento urbano, seguindo os padrões europeus. No entanto, esse processo de modernização conservadora não

foi isento de contradições. Enquanto o centro da cidade recebia investimentos em infraestrutura e saneamento, as áreas periféricas e os bairros operários eram negligenciados, aprofundando as desigualdades socioespaciais.

A industrialização, por sua vez, trouxe consigo novos desafios ambientais. O aumento da produção de resíduos sólidos, associado à falta de políticas públicas eficazes, resultou em problemas de saúde pública e degradação ambiental. O lago Guaíba, outrora um elemento central no desenvolvimento econômico e social da cidade, tornou-se um receptor de dejetos e resíduos, refletindo a relação conflituosa entre urbanização e meio ambiente.

O crescimento populacional e a industrialização transformaram significativamente a paisagem e a relação dos habitantes com o ambiente, impondo desafios complexos, como o saneamento básico e a gestão de resíduos. A bacia hidrográfica do Guaíba, que antes facilitava o transporte e o desenvolvimento da capital gaúcha, tornou-se vulnerável às consequências da urbanização rápida e desordenada. Essas mudanças revelam uma relação direta entre a expansão urbana e a necessidade de políticas públicas eficazes para lidar com o lixo e suas implicações para a saúde pública e o meio ambiente. No contexto do movimento republicano e da modernização conservadora, impulsionada pelo positivismo gaúcho, Porto Alegre passou por uma série de transformações marcadas pela tentativa de alinhar-se aos padrões europeus, enfrentando, ao mesmo tempo, os desafios das desigualdades socioespaciais e da segregação urbana.

Ao visitarmos Porto Alegre ou pesquisarmos sobre a cidade, uma das primeiras imagens que se destaca é a nova orla do Guaíba, que contorna a cidade e o Parque da Redenção. O Guaíba não é apenas um ponto de encontro, mas também um dos cartões-postais mais emblemáticos de Porto Alegre. Mas qual seria a conexão entre uma bacia hidrográfica e o lixo? Embora essa relação pareça

distante à primeira vista, a história do lago está profundamente entrelaçada com a história da cidade.

O lago Guaíba e seus afluentes formaram o cenário onde surgiram as primeiras manifestações urbanas na região. Além disso, desempenharam um papel crucial como rota de escoamento comercial, especialmente em uma época em que as estradas eram precárias. A cidade se expande para o Sul principalmente na virada do século XIX, margeando o Guaíba^I.

A partir de 1890, a zona norte da cidade, acima da península, foi sendo ocupada por fábricas e loteamentos operários em razão do crescimento do setor industrial, sobretudo nas proximidades do Guaíba, demonstrando o desenvolvimento econômico de Porto Alegre. Contudo, a alteração dos limites naturais do Guaíba por meio de aterros e a rápida urbanização alteraram a paisagem de maneira substancial e geraram consequências que são sentidas ainda hoje, principalmente em dias de intensa precipitação. Um exemplo emblemático dessa problemática é a grande enchente de 1941, que invadiu as áreas aterradas, como a do Mercado Público, da Rua da Praia e dos bairros operários marginais ao lago, como os Bairros Navegantes, Floresta e São João (...) ^{II}.

História Ambiental Urbana: Lixo e Segregação Espacial

Quando em 1898 a prefeitura assume a responsabilidade pelos serviços de limpeza da cidade, as contas deste serviço giram em torno de 100 contos de réis mensais, em sua totalidade^{III}. Nesse ano, a prefeitura adquiriu um prédio na Rua Azenha, que incluía coqueiras e um depósito de materiais, além de um edifício administrativo que ainda existe hoje e serve como o local da pesquisa. Esse movimento foi impulsionado pelo ideal republicano, essencialmente urbano, que trouxe novas formas de viver e agir na cidade. Assim como os grandes projetos de urbanização conduzidos por Pereira Passos no Rio de Janeiro e Aarão Reis em Belo Horizonte, Porto Alegre passou por intensas transformações, com diversos agentes

modificando o ambiente. A migração em massa da zona rural para as capitais acentuou as desigualdades sociais já existentes. Apesar dos avanços em técnicas de saneamento, as políticas públicas falharam em alcançar efetivamente as áreas mais marginalizadas. A prefeitura acabou assumindo responsabilidades que, tradicionalmente, eram do estado. Como observado: “A cidade tornou-se um lugar de mudança. Não somente como receptora das modernidades, mas como um produto das novas formas de sociabilidade, permitindo, assim, que os agentes econômicos e políticos pudessem reestruturá-las de acordo com seus interesses”^{IV}. Porto Alegre tem uma longa história de planos, e como ressalta Silvio Belmonte de Abreu, esses planejamentos municipais frequentemente serviram de referência nacional, embora muitas vezes se caracterizassem mais como projetos de planejamento do que de urbanismo real^V.

Sem fugir do contexto que ao assumir, em 1897, José Montaury (o primeiro prefeito eleito do Partido Republicano Rio-grandense)^{VI} seguindo um dos princípios do positivismo castilhistas municipaliza os serviços essenciais e o saneamento^{VII}. Uma das principais preocupações era transformar o aspecto colonial da cidade. O saneamento, a questão viária, ampliação dos esgotos na região central, estão desta maneira conectadas com a visão hegemônica sobre o urbano.

Embora seja relevante lembrar os esforços do Partido Republicano Rio-grandense em fornecer assistência aos mais pobres como a coleta de lixo e serviços de funerais gratuitos, o anseio da modernização da metrópole, compreendida como o alinhamento aos padrões urbanísticos e culturais europeus, passa a prevalecer em detrimento a histórica formação socioespacial que se sucedia. Assim, observa-se, a partir da primeira década do século XX, a articulação dos agentes como Estado e burguesia local, no intento de reajustar a organização espacial da cidade^{VIII}.

A Prefeitura, em 1906, contratou serviços como bondes elétricos importados da Inglaterra e rede de energia para implementar a pretendida modernidade. Além disso, alargamento de vias e saneamento básico principalmente após a enchente de 1912^x. Neste período de transição, na virada do século, as mudanças nos espaços urbanos são fruto da articulação do Estado e da burguesia local. Como descreve Souza, é através da figura do intendente Montauray e dos esforços do Partido Republicano Rio-grandense (PRR), que se torna:

(...) responsabilidade do poder público a instalação de serviços essenciais à vida urbana. O positivismo gaúcho, calcado na cientificidade e tecnocracia, mostrava preocupação com os pobres quando se observa os esforços de levar, de forma gratuita, a coleta de lixo e asseio público aos desfavorecidos. A construção do Cais do Porto na segunda década do século XX era, para o PRR, o caminho inicial para a prosperidade da capital. Durante a administração do partido, Porto Alegre foi uma das únicas municipalidades do Brasil que passou a ser responsável sobre os serviços de água, esgoto, iluminação, tráfego, policiamento, instrução, higiene alimentar, limpeza pública, assistência social enquanto, no resto do país, tais atribuições eram do estado^x.

O intendente José Montauray formou uma comissão voltada para o melhoramento e embelezamento urbano, contando com a colaboração do arquiteto João Moreira Maciel. Dessa parceria surgiu, em 1914, o Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre. Este plano desempenhou um papel fundamental ao nortear os diversos projetos subsequentes e promover transformações significativas, especialmente na área central da cidade^{xi}. A continuidade política possibilitou o prosseguimento de algumas destas políticas públicas^{xii}.

Se compreendemos as ruas centrais da cidade como um espaço de disputa e afirmação de poder político e econômico, perceberemos que o “embelezamento” dos espaços se dá transformando em “passeios” para receber

clientes das elites, “cafés (Colombo e América), as confeitarias (Rocco e a Central), os lugares de reuniões como o *Clube do Comércio* e o *Grande Hotel*”^{xiii}, é um processo de confirmação da segregação espacial. Com o objetivo de eliminar o aspecto colonial, vemos a construção e destruição moldando uma cidade marcada pela segregação. A segregação, conforme argumenta Carlos, se manifesta nas relações de propriedade que estabelecem limites ao uso dos espaços, e a morfologia urbana hierarquizada expõe a desigualdade desse processo. Segundo o autor, essa segregação ocorre de maneira fragmentada e homogênea, refletida no acesso desigual a serviços essenciais como saúde, educação, transporte público e bens de consumo coletivo. Tal realidade se revela na presença da miséria, do isolamento, da decadência e da morte^{xiv}.

A História Ambiental Urbana oferece um quadro analítico para compreender como o manejo do lixo e as políticas públicas de resíduos sólidos influenciaram a configuração socioespacial de Porto Alegre. A partir do século XIX, a gestão do lixo tornou-se uma questão central no planejamento urbano, refletindo as tensões entre modernização e exclusão social. Enquanto as elites buscavam embelezar a cidade e alinhá-la aos padrões europeus, as populações mais pobres eram relegadas a áreas marginalizadas, onde o acesso a serviços básicos como coleta de lixo e saneamento era precário.

A segregação espacial, portanto, não se limitava à distribuição desigual de recursos, mas também à exposição diferenciada aos riscos ambientais. As áreas periféricas, onde se concentravam os bairros operários, eram mais suscetíveis a enchentes e à contaminação por resíduos, enquanto outros pontos da cidade gozavam de melhores condições de infraestrutura e saneamento. Essa dinâmica revela como as políticas públicas de resíduos sólidos, embora aparentemente técnicas, estavam profundamente imbricadas com questões de poder e desigualdade social.

Modernização Urbana e Exclusão Social

A modernização urbana de Porto Alegre, impulsionada pelos ideais republicanos e pelo positivismo gaúcho, não foi um processo homogêneo. Pelo contrário, ela exacerbou as desigualdades socioespaciais, criando uma cidade marcada pela segregação e pela exclusão. Enquanto o centro da cidade passava por transformações que buscavam embelezar e higienizar o espaço público, as áreas periféricas eram relegadas ao abandono, sem acesso a serviços básicos como coleta de lixo e saneamento.

Essa dualidade reflete uma contradição fundamental no projeto de modernização conservadora: a busca por uma cidade alinhada aos padrões europeus coexistia com a marginalização das populações mais pobres. O lixo, nesse contexto, tornou-se um símbolo dessa exclusão. Enquanto as elites desfrutavam de uma cidade limpa e organizada, os bairros operários eram inundados por resíduos e dejetos, expondo suas populações a riscos ambientais e de saúde pública.

A problematização dessa dinâmica permite questionar até que ponto as políticas públicas de resíduos sólidos foram eficazes em promover a justiça ambiental e social. Mais do que uma questão técnica, o manejo do lixo revela-se como um campo de disputa política, onde as decisões sobre o espaço urbano refletem e reproduzem as desigualdades sociais.

O lixo é uma importante fonte histórica, capaz de revelar as intensas mudanças pelas quais as cidades passaram na primeira metade do século XX. Assim como outras cidades da América Latina, Porto Alegre experimentou uma grande transformação. Suas ruas foram remodeladas para acomodar o crescente fluxo de automóveis, novos bairros surgiram para abrigar os imigrantes, e os conceitos de higiene, juntamente com o que era considerado aceitável ou não nos centros urbanos, começaram a influenciar diretamente as políticas públicas. Para

ilustrar esse crescimento, é interessante observar alguns dados: “Estima-se que na última década do século XIX Porto Alegre somava 50 mil habitantes onde, deste total, 70% residiam no perímetro urbano. Em 1910 a população era de 130 mil habitantes chegando a 200 mil em 1927”^{xv}.

O aumento da população impulsionou mudanças na virada do século, mas além disto era preciso trocar a imagem de cidade provincial e colonial e entrar na república como outras capitais^{xvi}. E o PRR Partido Republicano Riograndense teve papel importante nesse sentido, dominando o poder municipal e estadual durante a República Velha^{xvii}, sendo o positivismo gaúcho a base destas estruturas e equipamentos. Uma “modernização conservadora”, com apoio do intendente ao governo de Júlio de Castilho^{xviii}.

As demandas feitas pela população passaram a ser responsabilidade municipal a partir de 1828, com o Regimento Brasileiro para o Funcionamento das Câmaras Municipais. Entre as principais preocupações estava o lixo, e discutia-se tanto a instalação de lixeiras quanto a aplicação de multas para quem sujasse as ruas. É curioso notar os editoriais publicados nos jornais da época, que orientavam a população sobre como aterrar o lixo e também sobre a “matança de cães”. Essas responsabilidades das câmaras estavam ligadas à atuação dos fiscais e seguiam as exigências dos presidentes das províncias, sempre alinhadas ao que era determinado pelo Império. Saneamento e saúde pública andavam de mãos dadas nessas iniciativas, já que as epidemias eram uma preocupação constante na época^{xix}.

Alguns relatos sobre esse período e os aspectos gerais da cidade são consideravelmente conhecidos pela bibliografia especializada, diversos relatos apontam a sujeira nas ruas dos centros urbanos, neste período a responsabilidade pelos dejetos e resíduos era dos proprietários domiciliares. Um dos relatos mais debatidos e conhecidos é o de Saint Hilaire sobre Porto Alegre. Para Saint Hilaire

(Orleães, 4 de outubro de 1779 – Orleães, 3 de setembro de 1853) o Rio de Janeiro é visto como uma cidade extremamente suja e em sua viagem a Porto Alegre compara com a Capital da Província do estado do Rio Grande do Sul.

[...] é uma cidade muito nova. Todas as casas são novas, e muitas estão ainda em construção. Mas, depois do Rio de Janeiro não vi cidade tão suja, talvez mesmo mais suja que a metrópole. Poucas casas possuem jardim, e muitas não tem mesmo pátio, redundando isso no grave inconveniente de serem atiradas a rua todas as imundícies, tornando-se de uma extrema sujeira. As encruzilhadas, os terrenos baldios e principalmente as margens do lago são entulhadas de lixo^{xx}.

Analisando atas da câmara de vereadores de Porto Alegre, Vladimir Ferreira De Ávila^{xxi}, levanta alguns exemplos de lugares onde o lixo era acumulado. Em 1837, a câmara através do Código de Posturas determina exatamente onde os resíduos deveriam ser despejados:

Capitulo 50º – Os lugares designados nesta Cidade para os despejos de ciscos, e immundícies são de hora em diante a beira do rio no espaço, que mediar entre dois marcos de páus, que a Camara mandará fincar, sendo o primeiro lugar entre a Rua da Misericordia, e a do Rozario, o 2º entre esta e a esquina da Praça do Paraizo do lado de Leste, o 3º entre a Praça do Paraizo, e o porto dos Ferreiros; o 4º entre esta e a Rua do Ouvidor; o 5º entre o lugar da quitanda e a Rua Clara; o 6º entre esta e a do Arroio; o 7º entre esta e a Principal; o 8º entre esta e o lugar chamado da passagem; 9º entre a ponta da pedra deste lugar até a desembocadura da Rua do Cotovello, e o decimo entre esta rua e a Formosa^{xxii}, seguindo-se os mais, que forem necessarios até a ponte do Riacho, e que serão designados pela mesma forma. Toda a pessoa que de dia, ou de noite for encontrada pelos encarregados da execução das Posturas á lançar ciscos, e a fazer quaesquer outros despejos de immundicias fora dos indicados lugares, sendo livre soffrerá a prizão por tres dias na Cadea, e pagará dentro della a multa tres mil reis, e sendo escrava será

condusida, á Cadea e ahi castigada com cincoenta açoutes, e immediatamente solta^{xxiii}.

Em 1851 o Governo Imperial criou o Regulamento da Junta de Higiene Pública que formava as Comissões em algumas províncias, entre elas a do Rio Grande do Sul. Na mesma década a epidemia de cólera^{xxiv} obrigou a administração a implantar mudanças, como por exemplo a substituição das comissões por um Inspetor de Saúde Pública. Além disso, a epidemia modificou os hábitos e o abastecimento de água, o poder municipal de Porto Alegre incentivou o uso das fontes públicas e proibiu (1866) o hábito de utilizar diretamente a água do Guaíba^{xxv}. Em 1857 o Império modifica a estrutura administrativa e troca a figura das comissões por um inspetor de saúde pública. Porém no trabalho local a nomenclatura não parece ter mudado o que já estava sendo realizado. Estas novas diretrizes conectavam de maneira mais abrangente os conceitos de saúde e saneamento. A mão de obra frequentemente utilizada contava com detentos da cadeia municipal, para a limpeza das ruas da cidade, além dos trabalhadores contratados como “serventes para a limpeza”^{xxvi}. Da mesma forma contavam com vigias para o asseio da cidade, trabalho muitas vezes era realizado pela polícia. O uso de pessoas escravizadas para a limpeza da cidade e despejo dos dejetos estava vinculada a particulares. Mesmo assim poderiam sofrer castigos caso fossem encontrados despejando em lugares não autorizados como se vê em um código de posturas do período.

Toda a pessoa que de dia, ou de noite for encontrada pelos encarregados da execução das Posturas á lançar ciscos, e a fazer quaesquer outros despejos de immundícias fora dos indicados lugares, sendo livre soffrerá a prizão por tres dias na Cadea, e pagará dentro della a multa tres mil reis, e sendo escrava será condusida, á Cadea e ahi castigada com cincoenta açoutes, e imediatamente solta^{xxvii}.

O final do século XIX algumas mudanças trazem impacto significativo no ambiente urbano, tais como: “a construção do gasômetro (1874), a regularização da coleta do lixo (1876), a construção do saneamento básico (1878), além da implantação de linhas dos bondes de tração animal (1874) e de linhas telefônicas em 1886”^{XXVIII}. Estas inovações não abrangem a cidade toda, e estão principalmente no centro da cidade. Estas mudanças fazem parte de um contexto de modernização alavancadas pelas mudanças políticas e pelas emergências sanitárias.

Na onda epidêmica de Cólera de 1875-76, as indicações oficiais de médicos ao Município eram de que a limpeza das ruas, a proibição de dejetos fecais nas praias, a proibição de despejos nos quintais, a fiscalização de alimentos e esgotos cloacais deveriam ser implementadas e fiscalizadas, através das Posturas Policiais, com visitas sanitárias e multas.

Ainda nessa década há uma concorrência pública para o serviço de transporte da água utilizada e descartada nos domicílios, denominada “água servida”. Na ausência de um sistema de esgoto, que viria a ser construído no séc. XX, o recolhimento funcionava através de um serviço de transporte da água. Com o recolhimento semanal dos cubos ou cabungos que eram substituídos toda semana e o conteúdo despejado em diferentes locais ao longo do tempo. Na segunda metade do século XIX, os cubos eram despejados em três lugares, quais sejam: ao lado da antiga cadeia civil (Avenida Edvaldo Pereira Paiva, próximo à Usina do Gasômetro), na Rua Voluntários da Pátria entre a Rua dr. Flores e sr. Dos Passos e da Ponta do Dionísio^{XXIX}.

A coleta de resíduos domiciliares também era feita através de contratos que incluíam a varredura das ruas. O transporte dos rejeitos era feito com carroças e afastava da vista do centro urbano. Segundo os históricos levantado pelo próprio DMLU, o lixo era depositado no litoral norte das praias do Guaíba (antigo caminho novo) e ao longo do sec. XX começou a ser utilizado como base de aterros como o

do Campo da Redenção. A junta de Higiene, com a fiscalização destes locais de depósitos de resíduos, orientou que o depósito fosse para a Margem do Riacho, na continuação da Rua Coronel Genuíno^{xxx}.

Em 1893, a incineração passa a ser um dos principais modos de destinação do lixo, com o incinerador localizado na *Rua Sans Souci*. Ao longo do tempo, o incinerador passa a ser uma alternativa dentre muitas apresentadas, já que a municipalidade procurava novos espaços para a destinação dos resíduos pois estes não paravam de aumentar. Tanto que uma das reclamações era que o incinerador não dava conta e o lixo era depositado no terreno ao lado, sem falar que as cinzas resultantes da incineração também precisavam de uma destinação.

Figura 1 - Resíduos do Incinerador



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

A fotografia (Figura 1) registra uma inspeção do incinerador e dos resíduos resultantes do processo. Evidente que não são os trabalhadores que são retratados, mas os responsáveis da prefeitura para relatar como está acontecendo o processo. Em frente aos resíduos, no canto esquerdo da imagem podemos ver as pontas dos instrumentos de trabalho que reviraram os resíduos e a sombra de dois trabalhadores. Na figura ainda há a sinalização para duas pessoas, com números, porém não há a identificação de quem são.

Na figura 2, observamos o incinerador visto de longe. Dois homens parados na porta, possivelmente os responsáveis pela incineração dos resíduos. No entorno percebemos algumas cabines de incineração. Também se nota algumas moradias próximas ao incinerador. Na figura 4, há a presença central do forno de incineração, segunda parte do processo. A imagem foi feita pelo lado onde se carrega os resíduos em cabines. Percebe-se a chaminé lançando o resultado desta queima no ar de Porto Alegre.

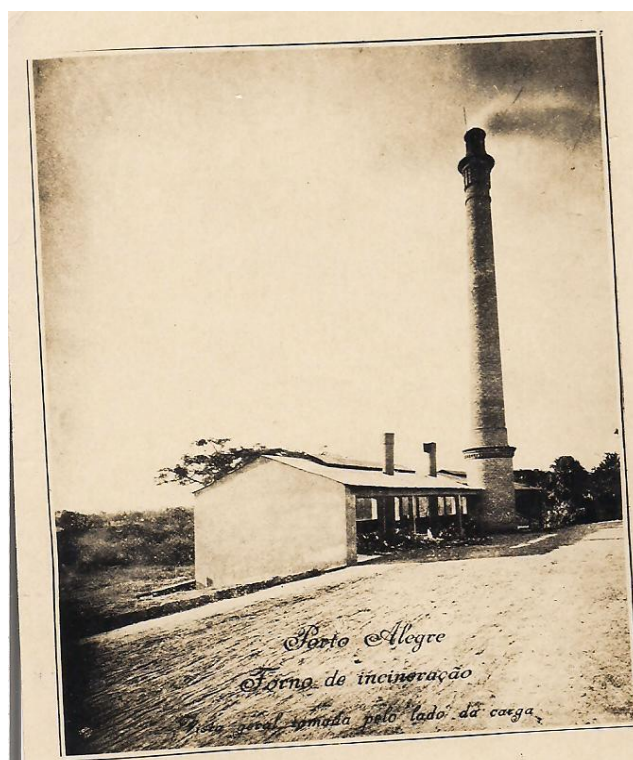
Já na Figura 3 podemos observar a fachada do barracão onde eram depositados os resíduos para posterior incineração e encaminhamento de destino. Percebe-se, pela imagem, o espaço para armazenagem e o setor administrativo. Com isso, podemos inferir que começavam a surgir sinais de uma organização política de resíduos, mesmo que incipiente.

Figura 2 - Incinerador



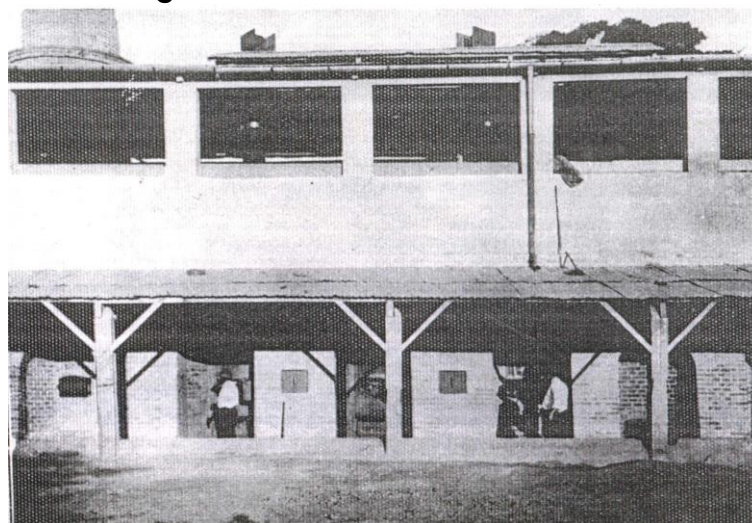
Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

Figura 3 - Torre de Incineração



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

Figura 4 - Barracão do incinerador



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

Na figura 5, podemos perceber o entorno do barracão incinerador com cercamento, bem como o calçamento com pequena inclinação o que facilitaria o descarregamento dos resíduos. O meio de locomoção pelas carretas de tração animal, transporte utilizado para o transbordo, traz à tona a importância do equilíbrio estrutural da cidade para o bom funcionamento do processo. Estas fotos do incinerador são bem conhecidas na bibliografia sobre o saneamento e a história de Porto Alegre.

Figura 5 - Entrada do prédio do incinerador pela Av. Azenha



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

Figura 6 – Inauguração da sede de destinação de resíduos



Fonte: Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

A figura 6, apresenta a inauguração do serviço, com uma sede própria para a destinação de resíduos, os trabalhadores, os meios de transporte para o transbordo estão organizados e posam para a fotografia. Os trabalhadores parecem estar organizados conforme a atividade exercida. Exclusiva presença masculina, evidenciando a ausência das mulheres nas atividades.

Todos estes aprimoramentos estão conectados com o pensamento sanitarista do período. O pensamento médico teve impacto no ordenamento urbano principalmente devido a pandemias/epidemias. Este pensamento médico, porém, não é neutro e tem implicações expressivas nas cidades ao longo do sec. XX^{XXI}.

O pensamento social do século XVIII e XIX foi influenciado pelo discurso médico. Foucault e Canguillem demonstraram como uma nova racionalidade fundada em categorias bio-sociais foi então instaurada. (LUZ, 1988). Nesta predominava o discurso médico que foi sendo elaborada par e passo com a reestruturação das formas de ordenamento do poder

público. Uma das áreas que sofreu grande influência do discurso e das práticas médicas foi a das ciências humanas, pois o médico-higienista, enquanto agente social em permanente e direto contato com a população obrigou os pensadores a lançarem um novo olhar sobre as questões sociais. Ao diagnosticar os males, os higienistas determinavam não só a medicalização do homem isolado, como também de seu grupo e até mesmo de toda a sociedade. O diagnóstico e a prescrição do tratamento podiam determinar ações relativas à natureza (água, ar e terra); aos modos de vida urbano e rural e aos espaços construídos (habitações, hospitais, cemitérios, escolas, cadeias, etc.)^{xxxii}.

Nesse período são crescentes as analogias entre o corpo humano e os caminhos da cidade, as doenças e os medicamentos que seriam necessários para a pretendida cura^{xxxiii}. Fazendo um contraponto com a atualidade, muitas vezes comparamos o planeta com o corpo humano (o planeta está doente, o planeta pede socorro, o planeta está respirando melhor durante a pandemia). Porém é importante lembrar que no século XIX e XX a preocupação com o avanço de doenças pelas fronteiras influenciou na criação de códigos internacionais e na própria criação da OMS. Dessa forma os discursos influenciam sobremaneira as políticas públicas e os códigos de construção e postura: “Os miasmas ditavam a localização das moradias e equipamentos urbanos^{xxxiv}, dos serviços e indústrias insalubres. Os Tratados de Higiene Pública indicavam normas de construção que acabavam sendo incorporadas pelos Códigos de Posturas e mesmo pela legislação mais abrangente^{xxxv}.”

Na segunda metade do século XIX, o higienismo como pensamento medicalizante ganha força e os problemas/doenças dos espaços são conectados com os indivíduos e suas ações, tipos e cultura^{xxxvi}.

No que diz respeito aos lugares, ocorre também um deslocamento com relação à sua referência. Se na

primeira metade do século XIX o seu ápice acontece no período de inverno, na segunda metade deste mesmo século ele passa a ser muito mais referenciado no período de verão, como ocorre com o elemento água. Mesmo assim, podemos observar que tais referências continuam também sendo realizadas em grande quantidade na estação da primavera. Dentre os problemas mais citados quanto aos lugares, temos os que dizem respeito ao lixo, a limpeza, aos despejos, as estagnações, a criação de animais dentro do circuito urbano da cidade (bem como a matança de cães), a caiação de paredes, aterramentos, construções de muros, calhas, vigilância, sepultamentos e fiscalização. No universo destes problemas, os lugares mais citados são: o rio, as ruas, as praças, as pontes (de despejo ou de coleta de água potável), as praias do litoral, os hospitais (Militar e Santa Casa de Misericórdia), os açougues, matadouros, armazéns, tabernas, as fontes, chafarizes, os quartéis, as casas domiciliares, os terrenos, pátios (quintais), prédios (e seus porões), os navios de transporte e barcas de condução (principalmente de lixo), as chácaras, o cemitério, a Doca e o Mercado. Entre estes assuntos, ao final do século XIX encontramos também as questões que dizem respeito à construção de um forno de incineração de lixo na cidade. Ganha destaque sobre os lugares neste momento os cortiços, que se tornam objeto de interferência das comissões domiciliares, que eram destinadas a fiscalização dos locais de habitação suspeitos de pouco asseio^{xxxvii}.

O urbanismo influenciado pelo discurso médico do século XIX, estabelece comparações entre a cidade e o corpo humano, sendo que a medicina e o urbanismo teriam a função de arrancar o que consideravam doenças reais e urbanas.

Ao diagnosticar os males, os higienistas determinavam não só a medicalização do homem isolado, como também de seu grupo e até mesmo de toda a sociedade. O diagnóstico e a prescrição do tratamento podiam determinar ações relativas à natureza (água, ar e terra); aos modos de vida urbano e

rural e aos espaços construídos (habitações, hospitais, cemitérios, escolas, cadeias, etc.)^{xxxviii}.

De tal modo as doenças, estes discursos presentes nas políticas públicas localizavam nos corpos e em locais do urbano certas doenças e o consequente tratamento^{xxxix}. Assim a “higiene surge como ciência da intervenção”^{xl} baseada nos elementos hipocráticos (ares, águas e lugares), modifica não somente avenidas, mas as concepções de urbanidade.

Os elementos hipocráticos, medicina clássica romana entendida como *teckhne iatrike*, que é entendido como o olhar para a atividade humana, científica e filantrópica para o bem do paciente. A teoria dos quatro humores, que encontramos na obra *Da Natureza do Homem* concebe o corpo humano com quatro fluídos: sangue (ar), fleuma (água), bile amarela (fogo) e bile negra (terra). O tratado aponta que a saúde é o equilíbrio entre estes humores, o que influencia os temperamentos. Essas premissas apontam para tarefa de integração dos campos do conhecimento, a missão de análise dos indivíduos e uma melhor abordagem das relações interpessoais com o paciente. Deste modo a integração leva em consideração os fluidos e ares que estão na cidade e perpassam o corpo humano^{xli}.

Analisando através destes preceitos hipocráticos as atas e relatórios da Porto Alegre oitocentista, Vladimir Ferreira de Avila, em sua dissertação de 2010, procura estabelecer os principais pontos destacados na primeira e na segunda metade do século XIX no cotidiano da cidade.

Fazendo uma referência direta aos resíduos sólidos, o elemento de lugar, na primeira metade do século XIX, há uma concepção de limpeza e mudanças diretas no espaço para a promoção da saúde^{xlii}.

Quanto aos lugares, estes igualmente são mais referenciados no período que cobre o inverno e a primavera, com seu ápice

centrando-se no mês de julho. Dentre os problemas mais referenciados com relação aos lugares, encontramos aqui os seguintes termos: limpeza, lixo e despejos. Dentre estes problemas, os locais mais citados são: os terrenos baldios (normalmente os não cercados, que acabavam por servir de depósito de lixo), as ruas, as praças, as prisões (seu estado interno e externo), os quartéis (geralmente criticados pelos despejos feitos em locais não recomendados pelo poder público municipal) e o entorno dos prédios públicos (inclusive do prédio da própria Câmara)^{xliii}.

O que cabe salientar aqui é a mudança de concepção no decorrer do século, da limpeza para higiene, no que se refere a saúde pública e o urbanismo. As transformações no espaço urbano estão em consonância urbanismo.^{xliiv} As transformações no espaço urbano estão em consonância com as ideias republicanas da Primeira República. As iniciativas municipais visavam conferir a cidades um aspecto europeu, porém que não remetesse ao colonial e provinciano.

Considerações

A trajetória de Porto Alegre entre os séculos XIX e XX revela a complexa interação entre urbanização, políticas públicas e exclusão social. O manejo do lixo, longe de ser uma questão meramente técnica, refletiu as tensões e contradições do processo de modernização conservadora. Este estudo demonstra como a História Ambiental Urbana pode contribuir para a compreensão das dinâmicas urbanas, destacando a relação entre degradação ambiental e exclusão social. A análise das políticas públicas de resíduos sólidos em Porto Alegre revela que o lixo não é apenas um resíduo material, mas também um reflexo das desigualdades estruturais que marcam a cidade. Nesse sentido, a gestão do lixo torna-se um campo privilegiado para a reflexão sobre justiça ambiental e social, oferecendo insights valiosos para o planejamento urbano contemporâneo.

A história de Porto Alegre, especialmente em sua relação com o lago Guaíba, evidencia como o lixo e o saneamento refletem as profundas mudanças urbanas que ocorreram entre os séculos XIX e XX. A rápida urbanização, movida pela industrialização e pelo crescimento populacional, forçou o município a assumir responsabilidades fundamentais como a coleta de lixo e o saneamento, em um esforço para alinhar a cidade com os ideais republicanos e modernizantes da época. Contudo, esses processos não foram isentos de contradições, pois, ao mesmo tempo em que buscavam embelezar e modernizar o centro, marginalizavam as populações mais pobres, exacerbando a segregação espacial e social. Assim, a trajetória de Porto Alegre revela a complexa interação entre modernização urbana, planejamento e exclusão, aspectos que permanecem relevantes para se entender as dinâmicas atuais da cidade.

Notas

^I GARCIA, Clarissa Maroneze O Processo Histórico De Ocupação Da Orla De Porto Alegre E A Consequente Transformação Da Paisagem: O Caso Da Fazenda Do Arado Velho. **Anais XVIII ENANPUR** 2019, p.01.

^{II} Idem, p. 6.

^{III} COSTA, Telmo Cardoso. **Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora DMLU/Assessoria de Comunicação Social, 1983.

^{IV} UEDA, Vanda. A construção, a destruição e a reconstrução do espaço urbano na cidade de Porto Alegre do início do século XX. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 10, n. 2, p. 141-150, 2006, p. 141.

^V ABREU, Silvio Belmonte de. **Porto Alegre como cidade ideal**: planos e projetos urbanos para Porto Alegre. Tese de Doutorado - PROPAR/FAU, UFRGS, Porto Alegre, 2006. p. 07.

^{VI} Ibidem, p. 38.

^{VII} "O positivismo gaúcho, calcado na cientificidade e tecnocracia, mostrava preocupação com os pobres quando se observa os esforços de levar, de forma gratuita, a coleta de lixo e asseio público aos desfavorecidos. A construção do Cais do Porto na segunda década do século XX era, para o PRR, o caminho inicial para a prosperidade da capital. Durante a administração do partido, Porto Alegre foi uma das únicas municipalidades do Brasil que passou a ser responsável sobre os serviços de água, esgoto, iluminação, tráfego, policiamento, instrução, higiene alimentar, limpeza pública, assistência social enquanto, no

resto do país, tais atribuições eram do estado.” POLIDORO, Maurício; DEMICHEI, Neudy Alexandro. ST I Porto Alegre: um Século de Urbanização. Anais ENANPUR, v. 16, n. 1, 2015, p. 5.

^{viii} Idem, p. 2.

^{ix} POLIDORO; DEMICHEI. Op Cit. 2015, p. 5.

^x Idem, p. 5.

^{xi} UEDA. Op Cit. 2006, p. 32.

^{xii} Idem, p. 34.

^{xiii} Idem

^{xiv} CARLOS, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 412-424, 2020. p. 8.

^{xv} POLIDORO; DEMICHEI. Op Cit. 2015, p. 5.

^{xvi} ABREU, Op Cit. 2007, p. 31.

^{xvii} DE SOUZA, Célia Ferraz. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre**: o plano que orientou a modernização da cidade. Armazém Digital, 2010. p, 17.

^{xviii} ABREU, Op. Cit. 2007, p. 31.

^{xix} ÁVILA, Vladimir Ferreira de. **Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento**: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900). Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. p. 82.

^{xx} SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 4ª Ed. Porto Alegre; Martins Livreiro Editor, 2002.

^{xxi} ÁVILA, Op. Cit. 2010.

^{xxii} Local localizado através de PROCEMPA, T. /. Viva o Centro. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/vivaocentro/default.php?p_secao=17. Acesso em: 22 mar. 2024.

^{xxiii} AVILA, Op. cit, p. 100. Código de Posturas Policiais, reformado e aprovado pela Lei Provincial de 23 de novembro de 1837 e publicado por Edital de 19 de fevereiro de 1838, localizado em Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés (AHPAMV).

^{xxiv} Colera Morbus: doença bacteriana que causa diarreia grave e desidratação, normalmente transmitida pela água.

^{xxv} COSTA, Op. Cit. 1983.

^{xxvi} ÁVILA, Op. Cit. 2010, p. 89.

^{xxvii} Idem, p. 90.

^{xxviii} UEDA, Op. Cit. 2006, p. 143.

^{xxix} COSTA, Op. Cit. 1983.

^{xxx} Idem.

^{xxxi} COSTA, Maria Cléia Lustosa. Influências do Discurso Médico e do Higienismo no Ordenamento Urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 63-73, 2013. p. 65.

^{xxxii} Idem, p. 67.

^{xxxiii} Idem.

^{xxxiv} Entende-se equipamentos urbanos como um conjunto de instrumentos necessários para desempenhar uma atividade no espaço público, visto que há inúmeras atividades a serem realizadas isso implicará em muitos equipamentos, para manter a rua, meio fio,

sarjeta, metrô, ciclovia, entre outras. Esses equipamentos podem ser móveis ou semimóveis, seja de maneira permanente ou sazonal que aplicados, atendem as demandas e necessidades da população com a permissão das autoridades estatais. FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado** – Urbanismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

^{xxxv} COSTA, Op. Cit. 2013, p. 67.

^{xxxvi} Idem.

^{xxxvii} ÁVILA, Op. Cit., 2010, p. 88.

^{xxxviii} COSTA, Op. Cit. 2013, p. 67.

^{xxxix} Idem.

^{xl} Idem.

^{xli} Idem.

^{xlii} Idem, p. 107.

^{xliii} Idem, p. 77.

^{xliv} “que no decorrer da segunda metade do século XIX, seriam marcadas profundamente por aquilo que denominamos de “momento de passagem” entre uma dada concepção de limpeza, vista por seus agentes como o ideal para a saúde para uma determinada concepção de higiene, percebida a partir daquele momento como essencial a saúde” (Costa, 2013, p. 107).

Referências

ABREU, Silvio Belmonte de. **Porto Alegre como cidade ideal: planos e projetos urbanos para Porto Alegre**. Tese de Doutorado – PROPAR/FAU, UFRGS, Porto Alegre, 2006.

ÁVILA, Vladimir Ferreira de. **Saberes históricos e práticas cotidianas sobre o saneamento: desdobramentos na Porto Alegre do século XIX (1850-1900)**. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Segregação socioespacial e o “Direito à Cidade”. **GEOSP Espaço e Tempo**, v. 24, n. 3, p. 412-424, 2020.

COSTA, Maria Cléia Lustosa. Influências do Discurso Médico e do Higienismo no Ordenamento Urbano. **Revista da ANPEGE**, v. 9, n. 11, p. 63-73, 2013.

COSTA, Telmo Cardoso. **Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora DMLU/Assessoria de Comunicação Social, 1983.

DE SOUZA, Célia Ferraz. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre**: o plano que orientou a modernização da cidade. Armazém Digital, 2010.

FERRARI, Célson. **Curso de Planejamento Municipal Integrado** – Urbanismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1977.

POLIDORO, Maurício; DEMICHEI, Neudy Alexandro. ST 1 Porto Alegre: um Século de Urbanização. Anais ENANPUR, v. 16, n. 1, 2015.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. 4ª Ed. Porto Alegre; Martins Livreiro Editor, 2002.

UEDA, Vanda. A construção, a destruição e a reconstrução do espaço urbano na cidade de Porto Alegre do início do século XX. **GEOUSP Espaço e Tempo**, v. 10, n. 2, p. 141-150, 2006.

Recebido: 20/08/2024

Aprovado: 25/11/2024

Publicado: 31/03/2025